

# Sociedade só tinha registro para obter verba

A subcomissão de Subvenções apurou irregularidades na Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade



Bom Jesus de Itabapoana (Spim), vinculada ao deputado Paulo Portugal (PP-RJ). O primeiro endereço da Spim era o da firma Ferreira & Tannus de que era sócio o deputado.

A Spim recebeu dos ministérios do Bem-Estar Social e da Educação, de 1990 a 1993, US\$ 1.419.175,20. A CPI concluiu que os acordos e contratos serviram, exclusivamente, para fazer prova de funcionamento da entidade junto às autoridades federais, dando suporte aos pleitos de recursos. Constatou-se, ainda, a inexistência de registros contábeis na Spim, não só em suas instalações como com seu contador, que também é contador das entidades ligadas a outro deputado sujeito a cassação — Fábio Raunheitti (PTB-RJ).